



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Informação nº : 179/2015-3ª Diacomp

Brasília (DF), de 01 de outubro de 2015.

Processo nº : 25.623/2015e

Jurisdicionada : CEB Distribuição S.A.

Assunto : Representação

Montante em exame : R\$387.560,00

Ementa : Pregão eletrônico. Representação de licitante sobre possíveis irregularidades na condução do certame. Representação procedente apenas no tocante ao irregular impedimento do exercício ao direito de impetração de recurso. Ilegalidade corrigida pela Jurisdicionada. Pelo arquivamento dos autos.

Senhor Diretor-Substituto,

O presente processo cuida de representação da empresa Stelmat Telemática Ltda., por intermédio de mensagem dirigida à Ouvidoria do TCDF, notificando possíveis irregularidades na condução do Pregão Eletrônico nº 001-S00417, cujo objeto é contratação de serviços de instalação, desinstalação e remanejamento de recursos de telecomunicações por rádio frequência da CEB DISTRIBUIÇÃO (Peça 1).

2. Na última assentada, a Corte, mediante a Decisão nº 3.948/2015, resolveu (Peça 9):

"I - tomar conhecimento: a) do Memorando n.º 112/15-Ouvidoria (peça 1; e-doc FA9BF211), versando acerca de Representação da empresa licitante Stelmat Telemática LTDA. quanto a ocorrência de possíveis irregularidades ocorridas no curso do Pregão Eletrônico n.º 001-S00417-CEB, nos termos do art. 113, §1º, da Lei n.º 8.666/93 c/c os postulados do controle social disciplinados na Lei de Acesso à Informação; b) da Informação n.º 157/15 - 3ª Diacomp (peça 5; e-doc 18CBF362); II - com esteio no art. 195, § 6º, do R.I./TCDF: a) conceder prazo de 10 (dez) dias à CEB Distribuição S.A., para a apresentação dos esclarecimentos que julgar pertinentes acerca dos fatos narrados na Representação; b) facultar à empresa Francisco



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Carneiro Sobrinho - ME a apresentação de esclarecimentos, no prazo de 10 (dez) dias; III - autorizar: a) o encaminhamento de cópia do Memorando nº 112/15 - Ouvidoria à CEB Distribuição S.A. e à empresa Francisco Carneiro Sobrinho - ME, para subsidiar o cumprimento da diligência inserta no item II; b) a ciência desta decisão à Ouvidoria do TCDF, para as devidas comunicações eletrônicas ao signatário da representação, em observância às disposições previstas do item III da Resolução TCDF n.º 273/14 e na Lei de Acesso à Informação; c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para análise de mérito dos fatos representados em cotejo com os esclarecimentos que venham a ser encaminhados pela jurisdicionada e pela licitante vencedora, com a urgência que o caso requer".

3. A CEB Distribuição S.A., em atendimento à letra "a" do item II da Decisão nº 3.948/2015, encaminhou a Carta nº 394/2015 - DD com vários documentos anexos (Peça 16).

I - Do objetivo da presente Informação

4. O objetivo da presente informação é o exame do mérito da representação em apreço, levando em consideração os esclarecimentos prestados pela Companhia Distrital.

II - Do teor da Representação

5. A Representante alega, em síntese, que a empresa Francisco Carneiro Sobrinho ME, vencedora do Pregão Eletrônico nº 001-S00417, não apresentou a documentação necessária para habilitação, listada a seguir (Peça 1):

- a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no órgão competente, neste caso o CRA;
- b) declaração datada e assinada pelo (s) Responsável Técnico - RT, na qual fique definida a sua concordância como RT da proponente, pela execução dos serviços objeto desta licitação, permanecendo à disposição dos serviços, durante o horário em que são executados;
- c) atestados de aptidão exigidos no subitem 2.12 do Edital, a saber: "Atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a PROPONENTE tenha executado objeto compatível com o da presente licitação, conforme detalhado no projeto, por se tratar de atividade com mão de obra técnico especializada."

6. Apesar da ausência de tais documentos, a Stelmat Teleinformática



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Ltda. ressalta que o Pregoeiro Oficial contratou a empresa escolhida, alegando que firma Francisco Carneiro Sobrinho ME havia entregue a documentação exigida para tal contratação e estaria apta para prestar os serviços (Peça 1).

7. O Pregoeiro, segundo a Representante, ter-se-ia, ainda, recusado a admitir registro de intenção de recorrer apresentado pela empresa Stelmat Teleinformática LTDA., sob alegação de que as razões ofertadas eram manifestamente infundadas. Também não teria encaminhado o recurso rejeitado para autoridade superior competente, como última instância recursal (Peça 1).

III - Dos Esclarecimentos Prestados pela CEB Distribuição S.A.

8. A Jurisdicionada, em atendimento à letra “a” do item II da Decisão nº 3.948/2015, relatou (Peça 16):

“Em atenção ao ofício acima referenciado, informamos a Vossa Excelência que o Processo no 31 0.001 .747/2015, referente ao Pregão Eletrônico de Serviços no 001 - S00417/2015-CEB Distribuição, destinado a contratação de serviços de instalação, desinstalação, remanejamento e inspeção dos sistemas de telecomunicação por meio de radiofrequência, bem como inspeção e manutenção dos elementos de segurança e sinalização de torres para telecomunicações, objeto do supracitado ofício, em atendimento ao parecer da área jurídica desta Empresa, foi analisado pela Diretoria Colegiada, em reunião ocorrida no dia 02 de setembro de 2015, onde foi proferida a Resolução de Diretoria no 174 (cópia anexa), que deliberou:

1) Revogara Resolução de Diretoria no 144/2015, de 30.07.2015;

2) Declarar nulo o ato do pregoeiro que rejeitou a intenção de recurso e, por conseguinte, todos os atos posteriores a ele, inclusive o Contrato no 053/2015, firmado com a empresa Francisco Carneiro Sobrinho - ME, em 14.08.2015;

3) Determinar a reabertura da sessão pública do Pregão Eletrônico de Serviços no 001-S00417/2015-CEB Distribuição, para aceitar a intenção de recurso da empresa Stelmat, a fim de permitir a análise de suas razões recursais já protocolizadas, tempestivamente, abrindo-se o prazo para as contrarrazões dos demais licitantes;

4) Determinar a publicação do ato de anulação constante do item 2 no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF; e

5) Determinar a instauração de processo de sindicância com o fito de apurar a conduta do pregoeiro e os procedimentos por ele adotados na condução do certame em tela, que resultou nas deliberações contidas na referida resolução.

Esclarecemos que a publicação já foi efetuada no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF do dia 1º de setembro de 2015, página 55, conforme anexo, bem como o despacho



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

da instauração de sindicância já foi emitido. E informamos que houve a substituição do presidente da Comissão Permanente de Licitação, conforme Portaria nº 482/2015-DD, de 10.08.2015, cópia em anexo.

Informamos, ainda, que foi expedida carta ao Núcleo do Análise e Distribuição de Feitos da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social - NDI, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, informando as deliberações acima".

9. Observa-se, da leitura do texto precedente, que a Companhia Distrital abordou apenas a questão do impedimento do exercício ao direito de impetração de recurso, imposto à firma Stelmat pelo Pregoeiro Oficial.

10. A CEB Distribuição não fez, contudo, em suas contrarrazões, qualquer menção à falta de documentos necessários à habilitação da empresa Francisco Carneiro Sobrinho ME, conforme apontado pela Representante.

IV - Do Exame da Mérito da Representação

11. A representação da Stelmat Teleinformática LTDA é procedente no tocante ao irregular impedimento do exercício ao direito de impetração de recurso, imposto pelo Pregoeiro Oficial. Tanto é verdade que a Jurisdicionada declarou nulo "... o ato do Pregoeiro que rejeitou a intenção de recurso e, por conseguinte, todos os atos posteriores a ele, inclusive o Contrato no 053/2015, firmado com a empresa Francisco Carneiro Sobrinho - ME, em 14.08.2015".

12. Quanto à necessidade de registro da empresa Francisco Carneiro Sobrinho ME no Conselho Regional de Administração, entende-se que a representação é improcedente. Empresas da área de telecomunicações não estão obrigadas a ter registro no CRA, conforme entendimento firmado pelo Tribunal Regional da 5ª Região na Ação Civil nº 402.721 - CE, *in verbis*:

"EMENTA: ADMINISTRATIVO. SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA, TELECOMUNICAÇÕES E AUTOMAÇÃO. CONSELHOS FEDERAL E REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. DESNECESSIDADE DE REGISTRO NO CRA.

- As substituídas são empresas de prestação de serviços de informática, telecomunicações e automação, no Estado do Ceará.

- O registro das empresas nos diversos conselhos profissionais está vinculado à atividade básica por elas exercida ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros, conforme dispõe o art. 1º, da Lei nº 6.839/80.

- As atividades de informática, telecomunicações e automação não obrigam as empresas ao registro no CRA, nem, por conseguinte, ao registro de administrador, na qualidade



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

de responsável técnico das mesmas.

- Os sindicatos não são entidades de fiscalização profissional e, por conseguinte, não podem registrar os atestados de capacidade técnica de que tratam o art. 30, § 1º, da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93)".

13. A representação também não tem fundamento em relação à exigência de que declaração datada e assinada pelo (s) Responsável Técnico - RT, na qual fique definida a sua concordância como RT da proponente, pela execução dos serviços objeto desta licitação, permanecendo à disposição dos serviços, durante o horário em que são executados (Peça 1).

14. O Pregoeiro já havia registrado, na ata da sessão do Pregão Eletrônico nº 001-S00417, que "... a declaração de concordância do RT é formalidade dispensada quando o próprio Empresário Individual, que firmou a proposta e demais anexos é também a pessoa física responsável técnico pelos serviços" (Peça 10).

15. A figura do proprietário, nas empresas de pequeno porte, se confunde com a figura do técnico responsável pela prestação de serviço. Logo, exigir uma declaração específica da pessoa física do proprietário como responsável técnico, quando possui conhecimento técnico para prestação do serviço licitado, fere o princípio do formalismo restrito que rege as licitações públicas.

16. Quanto à alegada inexistência de Atestado (s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a PROPONENTE tenha executado objeto compatível com o da presente licitação, conforme detalhado no projeto, por se tratar de atividade com mão de obra técnico especializada", o Pregoeiro, na ata da sessão do Pregão Eletrônico nº 001-S00417, afirmou (Peça 10):

"Foi apresentado atestado de aptidão técnica, emitido pela própria CEB DISTRIBUIÇÃO, emitido em 06.01.2015, Processo n.º 310-003.979/2009".

17. A informação do Pregoeiro não foi desmentida pela Stelmat Teleinformática LTDA. Dada a fé pública de que gozam as declarações dos agentes públicos, a representação é improcedente quanto ao ponto abordado.

V - Das conclusões/sugestões

18. A representação da firma Stelmat Teleinformática LTDA é procedente apenas no tocante ao impedimento do exercício ao direito de impetração de recurso, imposto pelo Pregoeiro Oficial. Tal irregularidade, porém, já foi corrigida com: **(a)** a anulação do ato do Pregoeiro que rejeitou a intenção de recurso e, por conseguinte, todos os atos posteriores e **(b)** a reabertura da sessão pública do Pregão Eletrônico de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Serviços no 001-S00417/2015-CEB Distribuição, para aceitar a intenção de recurso da empresa Stelmat.

19. A correção da falha permite o arquivamento dos autos. Vale ressaltar que o Tribunal não determinou a paralização do certame.

20. Ante o exposto, sugere-se ao Tribunal:

- I - tomar conhecimento da a Carta nº 394/2015 – DD da CEB Distribuição S.A. com vários documentos anexos (Peça 16);
- II - considerar, no mérito, a representação da empresa Stelmat Teleinformática Ltda. procedente apenas no tocante ao irregular impedimento do exercício ao direito de impetração de recurso, imposto pelo Pregoeiro Oficial, ilegalidade já corrigida pela Companhia Distrital;
- III - autorizar:
 - a) a comunicação da decisão que vier a ser proferida à representante e à CEB Distribuição S.A.;
 - b) o retorno dos autos à SEACOMP para fins de arquivamento.

À consideração superior.

Paulo Sérgio Carlos de Brito
ACE – Matrícula nº 476-6

De acordo.

Em 01/10/2015.

Helton Linhares Drumond Machado
Diretor-Substituto